

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2018

NISS 20004658121

DADOS INSTITUIÇÃO

NOME: OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS - RAÚL SARAIVA

NIPC

500 865 132

Natureza Jurídica: IPSS

Telefone

232 623 686

Fax

Morada da Sede: Rua da Prova - 3530-168 MANGUALDE

Email: geral@beatrizpais.pt

Identificação do Equipamento

Infância e Juventude

Infância e Juventude

Atividades de Tempos Livres

Resposta Social

Creche

Educação Pré-Escolar

CATL

N.º Utentes médios

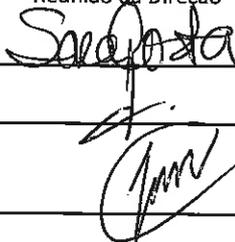
83

75

40

Mangualde, 28 de Fevereiro de 2019

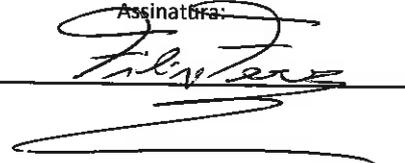
Reunião da Direção - Assinaturas:



Mangualde, 28 de Março 2019

Aprovado em Assembleia Geral -
Assinatura:

O Contabilista Certificado -
Assinatura:



Contabilista Certificado: FILIPE MANUEL PINHEIRO FERRAZ

NIF

204 099 218

Email: filipe-ferraz@sapo.pt

Telefone

965 027 583

N.º Membro

347



ORGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Carlos Alberto Lopes de Carvalho

Secretário: Rui Pedro Ferreira Pinto

Secretário: José Francisco Fonseca Amaral

Suplente: António de Campos Almeida Barreiros

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Luís Manuel Coimbra Pereira

Vogal: Ana Raquel Sá Morais Videira Lopes de Andrade

Vogal: Adélia Catarina Almeida Costa

Suplente: Rui Miguel Ferreira Valério

DIREÇÃO:

Presidente: Sara Margarida Ferreira da Costa

Vice-Presidente: Rui Jorge Figueiredo Costa

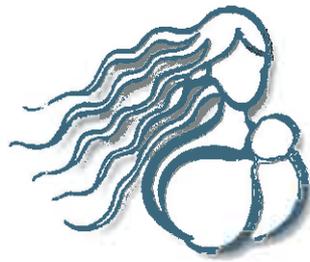
Secretário: Ricardo Jorge da Costa Amaral

Tesoureiro: Luís Carlos Barboza Almeida

Vogal: José Eduardo Mota Pinto de Andrade

Suplente: Maria Cecília Póvoas Santos Pina

Suplente: Miguel António Alves Assunção

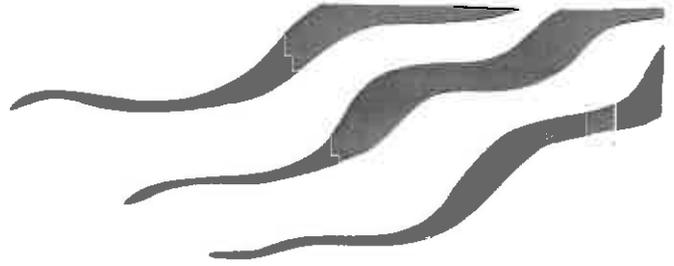


**Obra Social
Beatriz Pais
Raúl Saraiva**

RELATÓRIO E CONTAS ANO de 2018



Mangualde, 28 de Março de 2019



CONVOCATÓRIA

Nos termos dos artigos 33º e 34º dos Estatutos, **convoco a Assembleia Geral da Obra Social Beatriz Pais - Raúl Saraiva, I.P.S.S., para uma reunião ordinária, a realizar na sua sede sita na Rua da Prova em Mangualde, no dia 28 de março de 2019 (Quinta-feira) pelas 20h30, com a seguinte ordem de trabalhos:**

- 1- Aprovação do relatório e contas de gerência do ano de 2018;
- 2- Análise de outros assuntos de interesse da Instituição.

A Assembleia-Geral reunirá à hora marcada se estiverem presentes mais de metade dos associados com direito de voto, ou trinta minutos depois com qualquer número de presenças (artº. 37º, nº 1 dos estatutos).

Antes da ordem do dia haverá um período, com a duração máxima de trinta minutos, destinado a intervenções suscitadas pelos associados (artº. 39º dos estatutos).

Os documentos a aprovar encontram-se disponíveis para consulta dos associados na secretaria da instituição e no sítio institucional da OSBP-RS, durante o horário de expediente a partir do dia 12 de março, (artº. 36º nº 5 dos estatutos).

Mangualde, 25 de fevereiro de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(Engº. Carlos Alberto Lopes de Carvalho)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2018



Nos termos do disposto na alínea b), do artigo 34º dos Estatutos, a Direção submete à apreciação, discussão e votação da Assembleia Geral de sócios o presente Relatório e Contas relativos ao ano de 2018, documento este que, em conformidade com o disposto no mesmo artigo, vem acompanhado pelo Parecer do Conselho Fiscal.

O presente documento materializa o Relatório de Atividades e Gestão do ano de 2018 da OSBP-RS e o procedimento anual obrigatório e tem como principal objetivo a demonstração das diversas atividades realizadas durante o ano, quer no âmbito operacional, quer financeiro, em conformidade com a proposta delineada e aprovada no Programa de Ação e Orçamento para o ano em causa.

Assim, submete-se este documento a análise e apreciação com a consciência do muito que foi alcançado e concretizado, de que este Relatório dá conta, mas também com a consciência do muito que ainda há a fazer.

Com efeito, a Obra Social Beatriz Pais- Raúl Saraiva assegurou, em todos os momentos, as melhores condições pedagógicas, de assistência e de bem-estar a todos os seus utentes. Durante o ano de 2018 houve uma permanente articulação entre os documentos estruturantes que cumpriram a sua função educativa com a afetação dos recursos humanos e financeiros da instituição.

A estratégia de gestão assentou na continuidade da prestação de um serviço de excelência, mas com uma gestão de rigor, cada vez mais exigente, diminuindo ao máximo, se não anulando, os desperdícios.

Não obstante os condicionalismos com que a instituição se depara em termos de aquisição de bens e na execução de investimentos, a Obra Social Beatriz Pais- Raúl Saraiva teve sempre presente a realização de ações, candidaturas e procedimentos que contribuíram para melhorar a qualidade dos serviços que são prestados pela nossa Instituição.

O conceito de inclusão esteve sempre presente na dinâmica da Instituição.

Em todas as valências se deu continuidade à preocupação com a contenção de custos, embora sem descurar a aposta na qualidade pedagógica e funcional de todos os serviços prestados e a inovação nos procedimentos.

Ao longo do ano de 2018 verificou-se muita procura, por parte de utentes, das nossas valências, o que implicou que nem sempre fosse permitido dar resposta às solicitações das matrículas por falta de vaga.

O modelo de gestão que se seguiu e operacionalizou foi de forma a manter todas as condições para viabilizar a continuidade da nossa Instituição na procura de um melhor serviço para todos os nossos utentes com eficácia, eficiência e qualidade.

Tendo em vista o objetivo de prestar sempre o melhor serviço e manter as condições de excelência da instituição, foram realizados investimentos na aquisição de equipamentos e na manutenção do edifício, tendo sido efetuados trabalhos profundos na manutenção do jardim exterior.

Os números apresentados são fruto de uma gestão rigorosa, sem nunca descurar a qualidade dos serviços e da alimentação fornecida às nossas crianças, sendo, de facto, uma realidade que nos tem feito e continuará a fazer trabalhar cada vez mais no sentido de fazer da Obra Social Beatriz Pais- Raúl Saraiva uma Instituição viável e de referência tanto na cidade, como no concelho e até na região.

Finalmente, importa referir que as colaboradoras da Instituição são um ativo muito valioso, esforçando-se diariamente pela execução e concretização dos objetivos programados, e pela prestação do serviço de referência que nos caracteriza, sempre de forma a que os nossos utentes possam ter o melhor acompanhamento possível, a todos os níveis.

Realça-se também o trabalho em rede com as estruturas locais e nacionais.

Em suma, trabalha-se pela excelência dos serviços prestados e para todas as pessoas que integram a estrutura da Obra Social Beatriz Pais – Raúl Saraiva é reconfortante e gratificante sentir e perceber que os nossos utentes se sentem muito bem na instituição e desejam voltar no dia-a-dia àquela que é uma segunda casa.

Mangualde, 28 de Fevereiro de 2019



The image shows three handwritten signatures. The top one is clearly legible as 'Saraiva'. Below it are two other signatures that are less distinct and appear to be initials or abbreviated names.

OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS RAÚL SARAIVA

Balancete de Razão

Dezembro / 2018

Data: 31-12-2018

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Mensal				Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito	Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	5.198,65	4.801,44	397,21	0,00	47.492,15	47.000,02	492,13	0,00
12	Depósitos à ordem	53.174,31	67.204,96	0,00	14.030,65	877.389,17	701.083,30	176.305,87	0,00
13	Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	118.968,72	95.000,00	23.968,72	0,00
21	Clientes e Utentes	22.146,60	21.617,60	1.266,30	737,30	237.672,82	235.941,87	1.735,45	4,50
22	Fornecedores	10.370,13	8.590,22	5.142,20	3.362,29	105.091,25	109.782,05	3.512,87	8.203,67
23	Pessoal	29.384,12	29.306,23	77,89	0,00	382.352,24	382.352,24	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	26.340,00	14.904,60	11.439,89	4,49	192.245,33	205.404,74	1.664,80	14.824,21
25	Financiamentos obtidos	31.259,09	31.259,09	0,00	0,00	389.952,12	389.952,12	0,00	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	67.499,33	73.690,82	3.242,54	9.434,03	102.205,79	162.655,13	6.262,10	66.711,44
28	Diferimentos	110.660,80	0,00	110.660,80	0,00	190.272,12	105.129,02	85.143,10	0,00
31	Compras	4.980,54	66,20	4.914,34	0,00	59.615,61	571,52	59.044,09	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	1.367,97	0,00	1.367,97	0,00
41	Investimentos financeiros	74,34	0,00	74,34	0,00	2.542,39	0,00	2.542,39	0,00
43	Activos fixos tangíveis	1.489,00	9.337,11	1.489,00	9.337,11	424.579,28	338.223,67	424.579,28	338.223,67
56	Resultados transitados	0,00	0,00	0,00	0,00	94.646,70	376.416,57	94.646,70	376.416,57
62	Fornecimentos e serviços externos	8.972,40	39,45	8.932,95	0,00	76.809,47	808,92	76.000,55	0,00
63	Gastos com o Pessoal	107.901,93	65.629,16	50.111,13	7.838,36	637.583,99	65.629,16	573.531,97	1.577,14
64	Gastos de depreciação e de amortização	9.337,11	0,00	9.337,11	0,00	9.337,11	0,00	9.337,11	0,00
68	Outros gastos	0,00	0,00	0,00	0,00	199,00	0,00	199,00	0,00
72	Prestações de serviços	397,50	21.878,10	0,00	21.480,60	3.856,02	232.072,82	0,00	228.216,80
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	137.222,96	0,00	137.222,96	102,44	501.772,34	0,00	501.669,90
78	Outros rendimentos	0,00	3.637,91	0,00	3.637,91	0,00	4.486,20	0,00	4.486,20
81	Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	25.524,86	25.524,86	0,00	0,00
	Totais	489.185,85	489.185,85	207.085,70	207.085,70	3.979.806,55	3.979.806,55	1.540.334,10	1.540.334,10
	SaldoGeral								

Handwritten signature: Saraiva

Handwritten text: O Contabilista Gerente

Handwritten signature: Saraiva

OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS RAÚL SARAIVA

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2018

Data: 31-12-2018

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Mensal				Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito	Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	0.00	0.00	0.00	0.00	47,492.15	47,000.02	492.13	0.00
12	Depósitos à ordem	0.00	0.00	0.00	0.00	877,389.17	701,083.30	176,305.87	0.00
13	Outros depósitos bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	118,968.72	95,000.00	23,968.72	0.00
21	Clientes e Utentes	0.00	0.00	0.00	0.00	237,672.82	235,941.87	1,735.45	4.50
22	Fornecedores	0.00	0.00	0.00	0.00	105,091.25	109,782.05	3,512.87	8,203.67
23	Pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00	382,352.24	382,352.24	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos	0.00	0.00	0.00	0.00	192,245.33	205,404.74	1,664.80	14,824.21
25	Financiamentos obtidos	0.00	0.00	0.00	0.00	389,952.12	389,952.12	0.00	0.00
27	Outras contas a receber e a pagar	0.00	0.00	0.00	0.00	102,205.79	162,655.13	6,262.10	66,711.44
28	Diferimentos	0.00	0.00	0.00	0.00	190,272.12	105,129.02	85,143.10	0.00
31	Compras	0.00	59,044.09	0.00	0.00	59,615.61	59,615.61	0.00	0.00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,048.09	1,367.97	0.00	0.00	2,416.06	1,367.97	1,048.09	0.00
41	Investimentos financeiros	0.00	0.00	0.00	0.00	2,542.39	0.00	2,542.39	0.00
43	Activos fixos tangíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	424,579.28	338,223.67	424,579.28	338,223.67
56	Resultados transitados	0.00	0.00	0.00	0.00	94,646.70	376,416.57	94,646.70	376,416.57
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	60,412.06	1,048.09	59,363.97	0.00	60,412.06	1,048.09	59,363.97	0.00
62	Fornecimentos e serviços externos	0.00	0.00	0.00	0.00	76,809.47	808.92	76,000.55	0.00
63	Gastos com o Pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00	637,583.99	65,629.16	573,531.97	1,577.14
64	Gastos de depreciação e de amortização	0.00	0.00	0.00	0.00	9,337.11	0.00	9,337.11	0.00
68	Outros gastos	0.00	0.00	0.00	0.00	199.00	0.00	199.00	0.00
72	Prestações de serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	3,856.02	232,072.82	0.00	228,216.80
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0.00	0.00	0.00	0.00	102.44	501,772.34	0.00	501,669.90
78	Outros rendimentos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4,486.20	0.00	4,486.20
81	Resultado líquido do período	0.00	0.00	0.00	0.00	25,524.86	25,524.86	0.00	0.00
Totais		61,460.15	61,460.15	59,363.97	59,363.97	4,041,266.70	4,041,266.70	1,540,334.10	1,540,334.10
Saldo Geral									

S. J. Pereira
Saraiva

Contabilista (G2715210)
Felipe Torres

OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS RAÚL SARAIVA

Balancete de Razão

Resultados / 2018

(Valores em Euros)

Data: 31-12-2018

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Mensal				Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito	Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	0.00	0.00	0.00	0.00	47,492.15	47,000.02	492.13	0.00
12	Depósitos à ordem	0.00	0.00	0.00	0.00	877,389.17	701,083.30	176,305.87	0.00
13	Outros depósitos bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	118,968.72	95,000.00	23,968.72	0.00
21	Clientes e Urentes	0.00	0.00	0.00	0.00	237,672.82	235,941.87	1,735.45	4.50
22	Fornecedores	0.00	0.00	0.00	0.00	105,091.25	109,782.05	3,512.87	8,203.67
23	Pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00	382,352.24	382,352.24	0.00	0.00
24	Estado e outros entes públicos	0.00	0.00	0.00	0.00	192,245.33	205,404.74	1,664.80	14,824.21
25	Financiamentos obtidos	0.00	0.00	0.00	0.00	389,952.12	389,952.12	0.00	0.00
27	Outras contas a receber e a pagar	0.00	0.00	0.00	0.00	102,205.79	162,655.13	6,262.10	66,711.44
28	Diferimentos	0.00	0.00	0.00	0.00	190,272.12	105,129.02	85,143.10	0.00
31	Compras	0.00	0.00	0.00	0.00	59,615.61	59,615.61	0.00	0.00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0.00	0.00	0.00	0.00	2,416.06	1,367.97	1,048.09	0.00
41	Investimentos financeiros	0.00	0.00	0.00	0.00	2,542.39	0.00	2,542.39	0.00
43	Activos fixos tangíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	424,579.28	338,223.67	424,579.28	338,223.67
56	Resultados transferidos	0.00	0.00	0.00	0.00	94,646.70	376,416.57	94,646.70	376,416.57
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0.00	59,363.97	0.00	59,363.97	60,412.06	60,412.06	0.00	0.00
62	Fornecimentos e serviços externos	0.00	76,000.55	0.00	76,000.55	76,809.47	76,809.47	0.00	0.00
63	Gastos com o Pessoal	1,577.14	573,531.97	1,577.14	573,531.97	639,161.13	639,161.13	0.00	0.00
64	Gastos de depreciação e de amortização	0.00	9,337.11	0.00	9,337.11	9,337.11	9,337.11	0.00	0.00
68	Outros gastos	0.00	199.00	0.00	199.00	199.00	199.00	0.00	0.00
72	Prestações de serviços	228,216.80	0.00	228,216.80	0.00	232,072.82	232,072.82	0.00	0.00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	501,669.90	0.00	501,669.90	0.00	501,772.34	501,772.34	0.00	0.00
78	Outros rendimentos	4,486.20	0.00	4,486.20	0.00	4,486.20	4,486.20	0.00	0.00
81	Resultado líquido do período	734,372.90	751,890.34	0.00	17,517.44	759,897.76	777,415.20	0.00	17,517.44
Totais		1,470,322.94	1,470,322.94	735,950.04	735,950.04	5,511,589.64	5,511,589.64	821,901.50	821,901.50
Saldo Geral									

E3M - Information Systems, SA
processado por computador

Saraiva
Saraiva

Carolina Saraiva
Carolina Saraiva

OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS RAÚL SARAIVA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500865132

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados		228.216,80	214.069,20
Subsídios, doações e legados à exploração		501.669,90	494.400,02
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		59.363,97	55.164,11
Fornecimentos e serviços externos		76.000,55	56.325,87
Gastos com o pessoal		571.954,83	563.254,23
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4.486,20	3.894,30
Outros gastos		199,00	1.965,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26.854,55	35.653,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		9.337,11	10.128,76
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.517,44	25.524,86
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		17.517,44	25.524,86
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		17.517,44	25.524,86

A Direção

Sara Costa

[Assinatura]

Contabilista Certificado

[Assinatura]

[Assinatura]

OBRA SOCIAL BEATRIZ PAIS RAÚL SARAIVA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500865132

Moeda: (Valores em Euros)

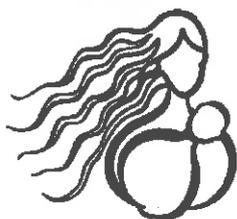
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		25,200.33	29,914.89
Bens do património histórico e artístico e cultural		61,155.28	61,155.28
Ativos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		2,542.39	1,778.74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e ativos não correntes		0.00	0.00
		88,898.00	92,848.91
Activo corrente			
Inventários		1,048.09	1,367.97
Créditos a receber		1,734.50	2,090.00
Estado e outros entes públicos		1,664.80	1,550.00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Diferimentos		85,143.10	79,611.32
Outros ativos correntes		7,009.53	8,587.87
Caixa e depósitos bancários		200,766.72	183,040.50
Credores por acréscimos de gastos-Geral		2,765.44	1,855.87
		300,132.18	278,103.53
Total do ativo		389,030.18	370,952.44
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados		281,769.87	256,245.01
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0.00	0.00
		281,769.87	256,245.01
Resultado líquido do período		17,517.44	25,524.86
Total dos fundos patrimoniais		299,287.31	281,769.87
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores		8,203.67	7,240.77
Estado e outros entes públicos		14,824.21	14,762.64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Credores Por Acrescimo de Gastos-Pessoal		63,692.44	65,629.16
Outros passivos correntes		3,022.55	1,550.00
		89,742.87	89,182.57
Total do passivo		89,742.87	89,182.57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		389,030.18	370,952.44

A Direcção
Sara Costa

[Handwritten signature]

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]



OBRA SOCIAL
Beatriz Pais - Raúl Saraiva



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

31 de Dezembro de 2018

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	177
6	Ativos Intangíveis	19
7	Loações.....	200
8	Custos de Empréstimos Obtidos	211
9	Inventários	211
10	Rédito	222
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	222
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	222
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	233
14	Imposto sobre o Rendimento	233
15	Benefícios dos empregados	233
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	233
17	Outras Informações.....	244
17.1	Investimentos Financeiros	244
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	244
17.3	Clientes e Utentes	255
17.4	Outras contas a receber.....	255
17.5	Diferimentos	255
17.6	Outros Ativos Financeiros	266
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	266
17.8	Fundos Patrimoniais.....	266
17.9	Fornecedores	266
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	266
17.11	Outras Contas a Pagar.....	27
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	27
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	27
17.14	Fornecimentos e serviços externos.....	27

17.15 Outros rendimentos.....	<u>28</u>
17.16 Outros gastos	<u>28</u>
17.17 Resultados Financeiros.....	<u>28</u>
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	29

[Handwritten signatures and initials]

Saraiva
4

1 Identificação da Entidade

1.1. Designação da Entidade: Obra Social Beatriz Pais – Raúl Saraiva (OSBP)

1.2. Sede: Rua da Prova – Mangualde

1.3. Natureza da Atividade: É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, privada, com reconhecimento concedido pela Segurança Social em Março de 1979. Na prossecução dos seus objetivos, dispõe atualmente em funcionamento três valências: Creche, Educação Pré-Escolar e Catl.

1.4. NIF: 500 865 132

1.5. CAE: 88910

A Obra Social Beatriz Pais – Raúl Saraiva, tem como principais objetivos:

- Manter em funcionamento os seguintes setores de atividade: Creche, Educação Pré-Escolar e Catl e outros que, consoante as possibilidades da instituição, se possam incluir nos objetivos desta.
- No campo da assistência à primeira e segunda infâncias, a OSBP deverá cooperar com os pais, encarregados de educação e instituições, pela formação moral, intelectual e física das crianças utentes da Creche e do ensino Pré-escolar.
- Nos outros campos, a OSBP procurará conseguir a colaboração de entidades que possam ser úteis para um melhor, mais produtivo e mais amplo prosseguimento dessas atividades
- Promover e defender os legítimos interesses e direitos dos associados, seu prestígio e dignificação;
- Desenvolver um espírito de solidariedade e apoio recíproco entre os associados;
- Prosseguir os demais objetivos previstos na Lei.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - POCIPSS) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em "Resultados Transitados". Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em "Fundos Patrimoniais" e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0.00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

FS
Sara Costa
→
(M)

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação e que se

encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verificarem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua produção.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Em 31 de Dezembro o inventário da Instituição era residual, pois os gastos ocorridos ao longo do ano limitam-se aos artigos para consumo imediato.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- Dívidas de associados - As dívidas dos associados, referentes às quotizações, são cobradas no próprio ano. A existência de quotas por receber de associados surge nomeadamente quando:
 - Os mesmos apresentam dificuldades financeiras significativas;
 - Se verificam atrasos significativos no pagamento;
 - Sucessivas tentativas frustradas de cobrança;

Clientes e Utentes: o registo foi feito pelo valor efetivo das matrículas e mensalidades.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros - As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal e são liquidadas em curto espaço de

tempo. Não existe mora, pois os saldos evidenciados espelham somente os fornecimentos efetuados durante o mês de Dezembro, entretanto já liquidados, num claro princípio de gestão e tesouraria eficaz.

Periodizações - As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos.»

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Os montantes incluídos na rubrica caixa e depósitos bancários, correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem e que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

A Instituição bancária desta IPSS é a CGD, onde constam as aplicações á ordem e a prazo. No âmbito da candidatura ao CLDS-POISE, foi aberta uma nova conta na CCAM.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, não foram praticadas Provisões.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" registam-se no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

[Handwritten signatures and initials]
Saldos

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

No ano de 2018 não houve empréstimos bancários nem contratos de locações (leasing).

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos evidenciados refletem o valor das retenções de irs e da Tsu de Dezembro/2018, a liquidar no mês de Janeiro/2019. Não existem valores em mora.

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos

[Handwritten signatures and initials]

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

Face aos resultados apurados em 31/12/2018 e não havendo quaisquer rendimentos de atividades comerciais ou profissionais ao longo do ano, não há lugar a pagamento de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Sara Saraiva
A.
[Assinatura]

5 Ativos Fixos Tangíveis**Bens do património histórico, artístico e cultural**

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	61,155.28					61,155.28
Bens Imóveis	0.00					0.00
Arquivos	0.00					0.00
Bibliotecas	0.00					0.00
Museus	0.00					0.00
Bens móveis	0.00					0.00
Total	61,155.28	0.00	0.00	0.00	0.00	61,155.28

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	82,971.59					82,971.59
Equipamento básico	156,841.52	450,00				157,291.52
Equipamento de transporte	81,186.58					81,186.58
Equipamento Fer.Utensílios	0					0
Equipamento administrativo	35,186.84		430,50			34,756.34
Outros Ativos fixos tangíveis	2,091.22					2,091.22
Total	358,277.75	450.00	430.50	0.00	0.00	358,297.25
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	62,855.77					68,463.85
Equipamento básico	141,665.65					145,707.46
Equipamento de transporte	81,186.58					81,186.58
Equipamento Fer.Utensílios	61.51					199.87
Equipamento administrativo	31,367.16					31,292.71
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00					0.00
Total	317,136.67	0.00	0.00	0.00	0.00	326,850.47

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0.00			0.00

Edifícios e outras construções	0.00			0.00
Equipamento básico	0.00			0.00
Equipamento de transporte	0.00			0.00
Equipamento biológico	0.00			0.00
Equipamento administrativo	0.00			0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Handwritten signatures and initials:
 Sara Costa
 J. P.

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	82,971.59					82,971.59
Equipamento básico	157,291.52	4278,76				161,570.28
Equipamento de transporte	81,186.58					81,186.58
Equipamento Fer.Utensílios	0					0
Equipamento administrativo	34,756.34	343,79				35,100.13
Outros Ativos fixos tangíveis	2,091.22					2,091.22
Total	358,297.25	4.622,55	0.00	0.00	0.00	362,919.80
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00					0.00
Edifícios e outras construções	68,463.85					74,016.34
Equipamento básico	145,707.46					148,927.77
Equipamento de transporte	81,186.58					81,186.58
Equipamento Fer.Utensílios	199.87					584.23
Equipamento administrativo	31,292.71					31,472.66
Outros Ativos fixos tangíveis	1.531,89					1.531,89
Total	328,382.36	0.00	0.00	0.00	0.00	337,719.47

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	
Custo				
Terrenos e recursos naturais	0.00			0.00
Edifícios e outras construções	0.00			0.00
Equipamento básico	0.00			0.00
Equipamento de transporte	0.00			0.00
Equipamento biológico	0.00			0.00
Equipamento administrativo	0.00			0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2018, foram os seguintes:

Descrição	2017					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0.00			0.00

Projetos de Desenvolvimento	0.00			0.00
Programas de Computador	0.00			0.00
Propriedade Industrial	0.00			0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

Handwritten signatures and initials:
 Top right: *[Signature]*
 Middle right: *[Signature]*
 Bottom right: *[Initials]*

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00					0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00					0.00
Programas de Computador	0.00					0.00
Propriedade Industrial	0.00					0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00					0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Descrição	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0.00			0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00			0.00
Programas de Computador	0.00			0.00
Propriedade Industrial	0.00			0.00
Outros Ativos intangíveis	0.00			0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2018			2017		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento básico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento de transporte	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Ativos fixos tangíveis	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Handwritten signature and initials:
 Saraiva
 J. M.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas			0.00			0.00
Contas Bancárias de Factoring			0.00			0.00
Contas bancárias de letras descontadas			0.00			0.00
Outros Empréstimos	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos						
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3,788.54	53,343.98	0.00	1,367.97	59,044.09	0.00	1,048.09
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	3,788.54	53,343.98	0.00	1,367.97	59,044.09	0.00	1,048.09
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				55,764.55			59,363.97

Variações nos inventários da produção				0.00			0.00
---------------------------------------	--	--	--	------	--	--	------

10 Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Matriculas e Mensalidades	227,225.30	213,517.20
Quotas e joias	991.50	552.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	0.00	0.00
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	228,216.80	214,069.20

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2018, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2017	Aumentos	Diminuições	2018
Impostos	0.00	0.00	0.00	0.00
Garantias a clientes	0.00	0.00	0.00	0.00
Processos judiciais em curso	0.00	0.00	0.00	0.00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias ambientais	0.00	0.00	0.00	0.00
Contratos onerosos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reestruturação	0.00	0.00	0.00	0.00
Provisões específicas do setor	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras provisões	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	0.00	0.00	0.00	0.00

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
	501.669,90	494.400,02
Apoios do Governo		
Total	501.669,90	494.400,02

Saraiva
A
RA

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2018				2017			
	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor	Valor (moeda estrangeira)	Valor inicial (€)	Câmbio	Valor
Total	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	0	0
Tributação Autónoma	0	0
Total	0.00	0.00

15 Benefícios dos empregados

Os órgãos sociais, conforme estipulado estatutariamente, não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de 33, incluindo pessoal afeto, contratos a termo, CEI e estágios profissionais.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	461,339.41	456,676.30
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	2,513.83	0.00
Encargos sobre as Remunerações	97,198.17	95,262.47
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4,909.52	4,458.54
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	5,993.90	6,856.92
Total	571,954.83	563,254.23

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Foz
Saraiva
A.
Qu

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2018	2017
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros - FCT	2,542.39	1,778.74
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00
Total	2,542.39	1,778.74

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Doadores - em curso	0.00	0.00
Patrocinadores	0.00	0.00
Quotas	0.00	0.00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Perdas por imparidade	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0.00	0.00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0.00	0.00
Resultados disponíveis	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

Saldos

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	1,734.50	2,090.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	1,734.50	2,090.00

Nos períodos de 2018 e 2017 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2018	2017
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	1,966.66	3,525.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	1,966.66	3,525.00

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a Reconhecer		
SEGUROS	2.765,44	1.855,87
Total	2.765,44	1.855,87
Rendimentos a Reconhecer		
CLDS-3G POISE 03/4232	85.143,10	79.611,32
Total	85.143,10	79.611,32

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2018	2017
Total	0.00	0.00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Caixa	492.13	437.30
Depósitos à ordem	176,305.87	63,634.48
Depósitos a prazo	23,968.72	118,968.72
Outros		
Total	200,766.72	183,040.50

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0.00	0.00	0.00	0.00
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	256,245.01	25,524.86	0.00	281,769.87
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	256,245.01	25,524.86	0.00	281,769.87

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	8,203.67	7,240.77
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	8,203.67	7,240.77

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
IVA – Reembolso 50% alimentação	815.72	1,550.00
Outros Impostos- Consignação Irs/2017	699.04	0.00
Total	1,514.76	1,550.00

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3.508,00	3.763,00
Segurança Social	11.316.21	10.999.64
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	14,824.21	14,762.64

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		0.00		0.00
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		1,489.00		0.00
Credores por acréscimo de gastos		0.00		0.00
Outros credores		-1,966.66		-3,525.00
Total	0.00	-477.66	0.00	-3,525.00

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

Descrição	2018	2017
	0	0
Total	0.00	0.00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e outros entes públicos	494,034.58	490,908.92
Subsídios de outras entidades - IAFP	7,635.32	3,491.10
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	501,669.90	494,400.02

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	0.00	0.00

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas em reunião de Direção e foi decidido que o resultado líquido positivo referente a este exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

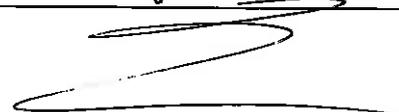
Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Direção informa que a OSBP não apresenta dívidas ao Estado ou Outras Entidades Públicas, em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Os valores de Balanço são de conta corrente e foram liquidados no mês de Janeiro e de Fevereiro de 2019, de acordo com os prazos legais.

O Contabilista Certificado

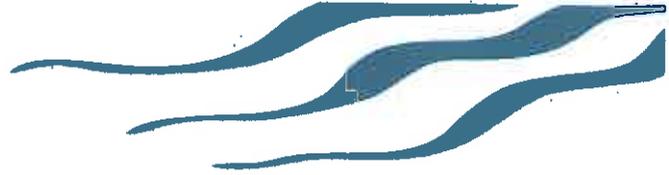




A Direção







Trabalho Voluntário prestado no Exercício de 2018

Função desempenhadas	Nº Pessoas	Total de horas	Valor
		TOTAIS	0

Mangualde, 31 de Dezembro de 2018

A Direção,



O Contabilista Certificado,

